



WWW.CFO.ORG.BR

Jornal do CFO

TABELA VRPO

Em manifesto conjunto, CFO, ABCD, ABO, FIO e FNO alertam a classe odontológica para a importância de consultar a tabela com os Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPO) de seu Estado antes de assinar contrato de convênio ou credenciamento.

Página 3



Jornal do Conselho Federal de Odontologia | Ano 14 | Nº 75 | Nov-Dez de 2006 | 300.000 exemplares

98% reelegem Plenário liderado por Miguel Nobre



5

LEVANTAMENTO

CFO sugere ao presidente Lula novo levantamento epidemiológico da saúde bucal para consolidar Brasil Sorridente

FELIZ 2007

O CFO deseja a todos um Novo Ano repleto de conquistas com muita Paz, Saúde, Alegria, Amor e Prosperidade

15

ROL SOB CONSULTA

ANS: consulta pública sobre proposta de revisão do rol de procedimentos odontológicos registra 57 demandas



Sistema Conselhos de Odontologia

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Qual seria a melhor maneira de retribuir o voto de confiança recebido por 98% dos eleitores, representantes legítimos de 25 Estados brasileiros? Creio que não há outra forma a não ser investindo no mesmo caminho pavimentado até aqui.

Se alguém me pedisse para descrever este caminho em uma palavra, optaria por uma expressão composta: Sistema Conselhos de Odontologia. Tenho a impressão que ela traduz a essência de tudo o que este Plenário realizou desde 2000 à frente do Conselho Federal de Odontologia.

Quando falamos Sistema Conselhos de Odontologia estamos falando em democratizar e descentralizar as ações administrativas deste Conselho Federal, partilhando responsabilidades e conquistas com os Conselhos Regionais. Mais precisamente estamos nos referindo, por exemplo, aos fóruns realizados nos últimos dois triênios, com a presença de entidades odontológicas e de órgãos governamentais, para deliberar sobre temas tão diversos e urgentes quanto: especialização (2ª ANEO, Amazonas, 2001); fiscalização profissional (2º FISO, Minas Gerais, 2002); profissões auxiliares (3ª Conpa, Distrito Federal, 2002); Código de Ética (3ª Coneo, Santa Catarina, 2002); analgesia (Fórum sobre o Uso da Analgesia em Odontologia, Rio de Janeiro, 2004); código de processo ético (São Paulo, 2004).

Em todos estes encontros, os temas –

discutidos e deliberados democraticamente – originaram importantes atos normativos do CFO. O que deverá se repetir no próximo fórum, a ser dedicado à habilitação das terapias complementares em odontologia, a exemplo da acupuntura, hipnose, homeopatia, fitoterapia e terapia floral.

Mas quando falamos Sistema Conselhos de Odontologia estamos falando também em sistema de informação propriamente dito. Sob a coordenação do CFO, foi concluída a interligação de um sistema nacional que hoje partilha uma base de dados comum, garantindo, conseqüentemente, segurança e rapidez na troca de informações administrativas entre os Conselhos. O mesmo ocorre no campo da contabilidade dos Regionais, cujo sistema está em sua fase de implantação. O maior beneficiado deste Sistema é o profissional, que ganha do CRO um serviço cada vez mais ágil.

Sistema Conselhos de Odontologia quer dizer também, por que não, ações políticas coordenadas. Nesse sentido, apostamos na maturidade de nossos CROs – nesse caso, ao lado de todas as entidades odontológicas – para continuarmos o trabalho de lobby pelas causas da saúde bucal junto a parlamentares, ministros e em todas as esferas governamentais e fóruns deliberativos.

Os próximos anos serão os melhores da Odontologia. Pode apostar.



FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br



Sede do CFO no Distrito Federal:
SHC-AO-Sul-EA-02/08-Lote 05
Ed. Terraço Shopping | Torre A/sala 207 |
Bairro Otogonal | Brasília/ DF
CEP 70660-020
Tel: (61) 3234-9909 | Fax: (61) 3233-7586
cfo@cfo.org.br | www.cfo.org.br

Escritório no Rio de Janeiro:
Av. Nilo Peçanha, 50, Grupo 2316 | Rio de Janeiro/ RJ | CEP: 20020-100
Tels: (21) 2122-2200 |
Fax: (21) 2122-2229 e 2122-2230

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)/
Sol Comunicações Ltda.

Repórteres: Ana Freitas e Alexandre Feitosa/
Rio de Janeiro; Fábio Marçal/Brasília

Fotos: Adriana Oliveira e Vanor Correia/
Descrição da Imagem/Rio de Janeiro; Carlos Humberto/Brasília; e Agência Câmara

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(www.estudiometara.com.br | 21 2242 7609)

Jornal do CFO: jornal@cfo.org.br

Artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião do CFO e são de responsabilidade dos autores.

Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 300.000 exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

DESTAQUE

Mais comodidade para você

Conforme já antecipado pelo Jornal do CFO, o boleto bancário para o pagamento integral da anuidade 2007 (Decisão 47/2006) já está disponível no site do CFO e de alguns CROs – vale lembrar que a base de dados é comum e pertence ao Sistema Conselhos de Odontologia. Acessando www.cfo.org.br, o profissional baixa o boleto que já vem com as opções “cota única” ou “parcelamento em 3 vezes”. Optando-se pelo parcelamento, as prestações subseqüentes chegarão pelo correio.

Para quem tem leitor de código de barra o pagamento pode ser feito do próprio micro, através do site do banco.

“O objetivo deste novo serviço é dar mais comodidade aos profissionais que não têm tempo de sair de seus consultórios para ir ao banco ou ao Regional”, explica o gerente

Financeiro do CFO, Kleber Vidal.

Apesar da inovação, os profissionais continuarão recebendo seus boletos normalmente pelo correio. Para quem preferir baixar pela Internet, a recomendação é desconsiderar o boleto via postal.

Mas as inovações não param por aí. “Temos outros projetos para este ano, como a possibilidade do profissional pagar a anuidade do Regional através de um cartão afinidade. Além da vantagem, ele terá benefícios como pontuação em companhias aéreas e hotéis”, antecipa Vidal, que ressalta a parceria das gerências Contábil e de Tecnologia da Informação no desenvolvimento destas ações.

O pagamento da anuidade via cartão de crédito já é oferecido hoje pelos CROs do Maranhão e do Mato Grosso do Sul. Neste caso, o pagamento é feito na sede do Regional.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “Você costuma utilizar a tabela VRPO (Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos) do seu Estado?”
Veja a resposta da classe pela Internet:



O CFO quer saber **Sua Opinião:**
Como você, cirurgião-dentista, avalia sua relação com as operadoras de planos odontológicos? Boa, Razoável ou Insatisfatória?

Vote e participe do fórum: www.cfo.org.br

PLENÁRIO

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre (RS)
presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (MS)
vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (SE)
secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de Menezes (RO)
tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE)
emanuel@cfo.org.br

José Mário Morais Mateus (MG)

josemario@cfo.org.br
Mário Ferraro Tourinho Filho (BA)
marioferraro@cfo.org.br
Outair Bastazini (RJ)
bastazini@cfo.org.br
Rubens Côte Real de Carvalho (SP)
rubenscorte@cfo.org.br

Ataíde Mendes Aires (MA)
Benício Paiva Mesquita (CE)
Delmo Tavares (SC)
Ericson Leão Bezerra (AM)
Laércio Villela Barros (ES)
Messias Gambôa de Melo (PA)
Ricardo Luiz Araújo de Sá (RN)
Tito Pereira Filho (AC)
Wilson Carneiro Ramos (GO)

Envie suas sugestões para o
Jornal do CFO: jornal@cfo.org.br

Cirurgião-dentista, consulte sua tabela VRPO

Entidades odontológicas alertam: consulte os Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPOs) antes de assinar contrato de convênios e credenciamentos

Na última semana de novembro, um alerta à classe odontológica começou a ser divulgado pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas (ABCD), Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e Federação Nacional dos Odontologistas (FNO). Nele, as cinco entidades defendem que antes de “fazer qualquer tipo de contrato com planos de saúde ou convênios”, cada profissional consulte a tabela com os Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPOs), que apresenta valores mínimos de remuneração para diferentes procedimentos. CFO, ABCD, ABO, FIO e FNO formam a Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos (CNCC), responsável pela elaboração dos VRPOs.

Em 1987, foi criada a primeira Tabela Nacional de Convênios e Credenciamentos (TNCC), hoje denominada Valores Referenciais para Convênios e Credenciamentos (VRPOs). Os princípios básicos dos VRPOs foram definidos pela Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos, que elaborou planilhas para cada procedimento realizado pelo cirurgião-dentista.

Cada Estado preenche os custos fixos das planilhas, aproximando assim os Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos da realidade local. O reajuste dos VRPOs é feito com base no IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) anual, sempre no mês de julho, com a conseqüente publicação no Diário Oficial da União. É possível consultar as planilhas através dos sites de Conselhos Regionais, associações e sindicatos.

Maioria não utiliza

Apesar de existir há quase 20 anos, a planilha com os VRPOs ainda não atingiu a meta para a qual foi criada: transformar sua consulta em um hábito entre os cirurgiões-dentistas que mantêm contratos de convênios (com operadoras de planos de saúde) e credenciamentos (diretamente com empresas de grande porte). O Conselho Federal de Odontologia lançou em seu endereço na Internet uma pergunta

à classe: “Você costuma utilizar a tabela VRPO de seu Estado?” De 24.368 votos, apenas 5,80% disseram ter o hábito de fazer a consulta antes de firmar um contrato.

No fórum de debate do site do CFO, uma cirurgiã-dentista de São Paulo, que se identificou como So-raia, desabafou: “Infelizmente (...), a Odontologia não é valorizada pelos pacientes e todos os outros colegas fazem abaixo da tabela, o que inviabiliza sua cobrança.”

PL 4732/01

Ciente da importância do amparo da lei para fazer com que a classe e as empresas vejam os VRPOs como um parâmetro obrigatório, o CFO vem se mobilizando nos últimos anos pela aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei 4732/01, do deputado Serafim Venzon (PSDB-SC), que trata da elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais. Com parecer favorável da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em outubro de 2005, o projeto aguarda a votação em plenário.

O presidente Miguel Nobre acredita que, além do obby feito pelo CFO em audiências com parlamentares, é fundamental que os cirurgiões-dentistas façam a sua parte, telefonando e enviando e-mails para os deputados de seu Estado, solicitando a colocação da matéria em pauta para votação. “Sem essa pressão as coisas não acontecem no Congresso. E não sou eu quem está dizendo isso, são os próprios parlamentares que nos recebem em seus gabinetes. Se eles são a caixa de ressonância da sociedade, nós temos que nos fazer ouvir”, defende Nobre.

Em tempo: a Frente Parlamentar de Saúde já declarou apoio ao projeto que cria a tabela de honorários para médicos e cirurgiões-dentistas. Não por acaso, seu presidente, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), deu parecer favorável em uma das comissões por que passou o PL 4732/01.

“É imprescindível lutarmos juntos, profissionais e entidades odontológicas, a fim de reverter essa situação inaceitável de desvalorização do trabalho odontológico”, reivindica a mensagem assinada pela Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos.

Leia no quadro ao lado a íntegra da mensagem assinada pelo CFO, ABCD, ABO, FIO e FNO.

“Alerta ao cirurgião-dentista

O mercado de trabalho odontológico no Brasil vem sofrendo transformações significativas na maneira como os pacientes estão chegando aos consultórios. Essa relação tem sido intermediada por planos de saúde, convênios e credenciamentos, que encaminham uma parcela considerável de pacientes aos consultórios, porém pagam aos profissionais valores que não podemos considerar justos.

Preocupadas com esta situação, as Entidades Odontológicas do País – Federação Interestadual dos Odontologistas, Federação Nacional dos Odontologistas, Conselho Federal de Odontologia, Associação Brasileira de Odontologia e Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas –, que formam a Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos (CNCC), bem como as respectivas comissões estaduais, elaboraram Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPOs) baseados em planilhas de custos fixos e variáveis que compõem as despesas do consultório odontológico, com o objetivo de nortear os cirurgiões-dentistas quanto aos valores mínimos de remuneração de diferentes procedimentos.

Esses valores, em bases realísticas, são as nossas referências para negociações com os planos

de saúde, convênios e credenciamentos.

É fundamental que os profissionais atentem para a importância de também utilizarem os VRPOs como referência mínima. Orientamos que, antes de fazer qualquer tipo de contrato com planos de saúde ou convênios, os cirurgiões-dentistas procurem as entidades odontológicas para auxiliar nas negociações.

Nossa categoria precisa conscientizar-se de que os honorários vêm sendo flagrantemente aviltados. É imprescindível lutarmos juntos, profissionais e entidades odontológicas, a fim de reverter essa situação inaceitável de desvalorização do trabalho odontológico.

As Entidades Odontológicas em todo Brasil estão desencadeando, via Comissão Nacional e comissões estaduais de Convênios e Credenciamentos, negociações visando melhorar essa relação hoje considerada perversa, pois desvaloriza a cada dia o trabalho do cirurgião-dentista.

Para dirimir qualquer dúvida, procure as entidades signatárias ou suas filiações.

Não tenha dúvida: juntos, somos fortes.

CFO, ABCD, ABO, FIO e FNO.”

CROs: 2 posses e 7 eleições



Conselheiro federal Mário Ferraro preside posse no CRO-Distrito Federal

Com exceção do DF, MG e RJ, os demais CROs reelegeram seus presidentes

Nos últimos dois meses, seis Conselhos Regionais de Odontologia viveram etapas importantes do processo democrático. Enquanto no Distrito Federal, o CRO empossou o novo plenário liderado pelo presidente Nilo Celso Pires, no Ceará o presidente reeleito José Cláudio Cid Ferreira foi empossado para mais um biênio à frente daquele Conselho Regional.

Por sua vez, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina passaram pelo teste das urnas

Na Bahia, em eleição de chapa única, o presidente Paulo César Alcântara Ribeiro foi reeleito com 88,42% dos votos. Já os capixabas reconduziram ao cargo a presidente Margareth Pandolfi com quase 100% dos votos: 2.114 do total de 2.362. Na mesma média de aprovação (91,77%), Santa Catarina reelegeram o presidente Sidnei José Garcia. Mato Grosso do Sul e Pernambuco também reelegeram seus presidentes: respectivamente, Silvano da Silva Silvestre e José Ricardo Dias Pereira

Minas Gerais e Rio de Janeiro

elegeram chapas encabeçadas por nomes que já apresentavam serviços prestados como conselheiros destes CROs: Luiz Flávio Souza Coelho (MG) e Afonso Fernandes Rocha (RJ).

Vale registrar a consolidação da urna eletrônica como meio eficaz, seguro e rápido de promover o pleito eleitoral. No Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina a eleição foi totalmente eletrônica e a divulgação do resultado saiu em questão de horas.

Posse no DF

No dia 10 de novembro foram empossados os novos conselheiros que comandarão o CRO-DF até novembro de 2008. Além do presidente Nilo Celso Pires, assumiram a direção do Conselho Regional os cirurgiões-dentistas Luís Flávio Marconi, como secretário, e Júlio César, como tesoureiro. A sessão foi presidida pelo conselheiro do CFO Mário Ferraro.

Em seu primeiro discurso como presidente do CRO-DF, Nilo Pires disse que a sua gestão será direcionada para toda a categoria, independente de corrente política, estando aberta para debater com todas as entidades. "Agradeço a Deus, à minha família e aos meus amigos que nos ajudaram na construção dessa grande vitória", concluiu.

AGENDA

XXV Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo

27 a 31 de janeiro de 2007

São Paulo - SP

Informações: 0800-128555

ciosp@apcd.org.br ou

www.ciosp.com.br

4º Congresso Internacional de Odontologia do Piauí

24 a 27 de maio de 2007

Teresina - PI

Tema: "Odontologia: Excelência

Profissional e Inclusão Social"

Informações: (86) 3221-9374

abopi@uol.com.br ou www.abo-pi.org.br



Construa seu futuro agora.

Faça o

Plano SulAmérica CFO Previdência

e viva seguro para sempre.



CFO Previdência

Solicite sua proposta personalizada através do site www.cfo.org.br

SulAmérica
seguros ING

CFO
Previdência

Lula e o Brasil Sorridente

Em ofício enviado ao presidente reeleito, CFO defende necessidade do Brasil Sorridente virar uma "política de Estado permanente"

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Álvaro Santiago Nobre, fez chegar às mãos do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro, um ofício no qual defende a consolidação do programa Brasil Sorridente como uma política de Estado permanente. No ofício, Nobre qualifica o programa como "um dos maiores projetos de inclusão social do mundo".

Levantamento epidemiológico

Após reiterar "o reconhecimento da Odontologia brasileira ao trabalho realizado, sob sua Presidência, no campo da saúde bucal" e citar os números positivos que o governo federal pode apresentar no setor, o presidente do CFO propõe que, ao final do mandato que se inicia no dia 1º de janeiro de 2007, o governo Lula inicie um novo levantamento epidemiológico, desta vez, para

avaliar o impacto das ações desenvolvidas em saúde bucal no setor público. "Seria uma bela forma de consolidar a Atenção em Saúde Bucal como uma política de Estado permanente - e de termos, enfim, um Brasil com uma 'face' mais desenvolvida e feliz", diz, antes de concluir com a oferta de apoio do CFO para essa empreitada, "o qual ficará, sempre, à disposição de Vossa Excelência".

O Conselho Federal de Odontologia teve participação destacada no levantamento epidemiológico no qual o Brasil Sorridente baseou suas diretrizes. Ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, o CFO financiou o projeto-piloto realizado nas cidades de Canela (RS) e Diadema (SP). A partir dessa experiência, o Ministério da Saúde deu início ao maior levantamento já feito em saúde bucal no país.

Na noite de 29 de outubro, com 99,99% das seções apuradas já lhe assegurando a reeleição com mais de 58 milhões de votos, o presidente Lula fez um pronunciamento no qual disse que em seu segundo mandato o país vai "crescer mais rápido", com um governo que "não gasta mais do que ganha" e que dará "mais atenção para os



O presidente do CFO fala ao presidente Lula em audiência no Palácio do Planalto, em maio de 2006

pobres". Afirmou ainda, referindo-se aos escândalos que afetaram seu primeiro mandato, que não tem mais "o direito moral, ético e político de cometer erros daqui para frente".

"Brasil da primeira vez"

Para o presidente do CFO Miguel Nobre, a saúde bucal é um dos setores em que Lula vem acertando, cumprindo rigorosamente com o prometido. "O governo Lula foi o

Brasil da primeira vez na saúde bucal: da conclusão do primeiro levantamento epidemiológico nacional, do primeiro investimento estratégico na fluoretação da água dos pequenos municípios, como mais uma forma de combater a doença cárie, e da criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), que inauguraram no SUS a atenção odontológica especializada de forma sistemática", enumera.

Ofício entregue ao presidente Lula

A íntegra do texto:

"Senhor Presidente,

Em nome dos mais de duzentos mil cirurgiões-dentistas e dos cem mil profissionais auxiliares inscritos nesta Autarquia, formada pelo Conselho Federal de Odontologia e os vinte e sete Conselhos Regionais, queremos parabenizá-lo por sua reeleição, que revela, ao nosso ver, um fato inquestionável: a maioria das medidas tomadas por este Governo aponta na direção certa.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar o reconhecimento da Odontologia Brasileira ao trabalho realizado, sob sua Presidência, no

campo da saúde bucal, por meio do Programa Brasil Sorridente, ação que garante hoje a cobertura de cerca de setenta milhões de brasileiros através das Equipes de Saúde Bucal (ESB), e que já realizou mais de quatro milhões de procedimentos a partir dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), além de ter aberto cerca de vinte e cinco mil postos de trabalho para a categoria odontológica, um dos maiores projetos de inclusão social do mundo.

Diante do sucesso evidenciado por estes números, nós do Plenário do CFO - e neste caso, podemos falar também em nome de todos os

cirurgiões-dentistas do País - apostamos na consolidação do Brasil Sorridente como uma política de Estado que assegure à população o acesso pleno à atenção básica e especializada em saúde bucal. O caminho já foi aberto e de forma pioneira pelo seu Governo.

Para coroar este resgate da saúde bucal e da auto-estima do brasileiro, posto em prática pelo Brasil Sorridente - planejado a partir de um levantamento epidemiológico que contou, aliás, com a parceria do CFO, o que muito nos honra - gostaríamos de propor ao Senhor Presidente que seja iniciado, ainda neste Governo, um novo levanta-

mento epidemiológico, desta vez, para avaliar o impacto das ações desenvolvidas em saúde bucal no setor público. Seria uma bela forma de consolidar a Atenção em Saúde Bucal como uma política de Estado permanente - e de termos, enfim, um Brasil com uma "face" mais desenvolvida e feliz.

Para tal, conte com o apoio do CFO, o qual ficará, sempre, à disposição de Vossa Excelência.

Com votos de sucesso.

Cordialmente,

MIGUEL ÁLVARO
SANTIAGO NOBRE, CD"

Esperança em sorrisos melhores



Presidentes de CROs avaliam a evolução política da classe e o que é preciso fazer para assegurar um futuro com mais saúde bucal para a população

Por lei, 25 de outubro é o dia do Cirurgião-Dentista brasileiro e da Saúde Bucal. Isso não quer dizer, no entanto, que disseminar entre a população o hábito de cuidar da saúde bucal seja possível de ser feito por decreto presidencial. A classe odontológica sabe disso há décadas. Mas, sem voz junto ao poder público, a profissão assistia a medidas isoladas tomadas por uns poucos governantes sensíveis à importância da saúde bucal na saúde pública.

Mais participação, mais resultados

O cirurgião-dentista Mário Tavares, presidente do Conselho Regional de Odontologia-Pará, um dos Estados que desenvolveram ações voltadas à população no dia 25, tem uma explicação para o fato da Odontologia ter estado por tanto tempo afastada das decisões fundamentais sobre políticas de saúde. “Um dos pecados da odontologia foi o de ficar durante décadas trocando informações entre si, hermeticamente, sem esclarecer à sociedade em geral a real importância da saúde bucal”.

O nó da questão talvez estivesse aí. Não deve ser casual que a participação da odontologia nas decisões do Legislativo e do Executivo cresceu à medida que as entidades de classe adotaram um discurso uníssono para a sociedade. Como Tavares destaca, a comunicação é um instrumento estratégico que a odontologia aprendeu a usar em seu benefício.

Os primeiros passos das entidades odontológicas nesse sentido coin-

cidaram, assim, com o início do primeiro levantamento epidemiológico nacional em saúde bucal, ainda no governo Fernando Henrique. O resto é História. Primeiro, o lançamento do programa Brasil Sorridente pelo governo Lula, em 2004, com a missão de resgatar uma dívida secular do Estado com a saúde bucal dos brasileiros. Na seqüência, as realizações que não deixam dúvida de que, finalmente, a odontologia e os milhões de brasileiros sem-dentista começam a ter um lugar ao sol.

Hoje, nenhum gestor em saúde pública ousa questionar a importância deste programa para a inclusão em saúde bucal. Em quatro anos, foram investidos pelo governo federal R\$ 1,5 bilhão, com a criação de 10.514 equipes de saúde bucal – hoje são 14.775 ESB atuando em 4.212 municípios. Além da inovação representada pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), que hoje somam 465 e estão em 400 municípios.

“O programa Brasil Sorridente surgiu como a primeira política nacional em saúde bucal e a cada dia se capilariza mais por todas as regiões do país, proporcionando à nossa população uma melhora significativa de sua saúde bucal, além do aumento da auto-estima”, resume o presidente do CRO-Acre, Álvaro Luiz do Nazareth.

Dívida histórica

Margareth Pandolfi, presidente do CRO-Espírito Santo, faz coro. “O grande ganho da odontologia brasileira foi o Brasil Sorridente. A iniciativa tem um grande significado para todos os profissionais, independente de atuar na iniciativa privada ou pública. Por meio deste programa, estamos estabelecendo as diretrizes da política de saúde bucal. De forma pioneira, a odontologia está sendo organizada, facilitando o acesso das gerações antes excluídas”, afirma. “Assim, resgataremos nossa dívida para com a sociedade brasileira”, conclui.

Segundo o presidente do CRO-Maranhão, Cláudio Fontoura da Cruz, a atenção sem precedentes que a

saúde bucal recebe hoje do Estado está em sintonia com a atuação dos CROs, que tem buscado a parceria de órgãos como o Ministério Público no enfrentamento do exercício ilegal da profissão. “A classe tem o que comemorar nesta data, pois através do Conselho vem obtendo cada vez mais benefícios e conquistas”, acredita.

O presidente do CRO-Bahia, Paulo Ribeiro, resume o momento vivido pela odontologia. “Assistimos hoje a uma classe mais atuante politicamente.”

Na opinião do presidente do CRO do Estado em que nasceu o patrono da profissão, Arnaldo Garrocho, a odontologia só continuará sua trajetória ascendente se as entidades de classe mantiverem a união. Além disso, ele lembra que a origem de boa parte dos problemas vividos pela profissão é comum a outros segmentos. “É preciso melhorar a distribuição de renda do país”, salienta.

Política dos CROs

Para o presidente do CRO-Piauí, Sérgio de Sá Pires, a implantação do programa federal de saúde bucal nos municípios não pode prescindir da participação dos CROs. “O Brasil Sorridente foi um grande feito do atual presidente da República, e tem avançado com os Centros de Especialidade Odontológicas. O que a gente vai mais bater agora, além da ampliação dos CEOs em mais cidades, é a questão salarial, que está um pouco defasada. O repasse não está tendo a contrapartida dos municípios, obrigatória por lei”, alerta.

Na mesma linha de raciocínio vai Outair Bastazini, que ainda era presidente do CRO-Rio de Janeiro no dia da Saúde Bucal (ele acaba de ser empossado conselheiro do CFO). Na sua avaliação, “o caminho é incentivar os programas do governo federal junto às prefeituras e suas secretarias, participando desses programas e promovendo a divulgação dos resultados”. Para Bastazini, “além do nosso incentivo e da nossa participação direta devemos estar vigilantes para que esses programas tenham continuidade. Concordo com as palavras do presidente Miguel Nobre, quando destaca que a continuidade do Brasil Sorridente, que foi um dos maiores acertos do governo Lula, deverá ser uma cobrança de todos”.

Dizendo em outras palavras: a esperança em dias melhores para a odontologia está, também, nas mãos de seus próprios profissionais e entidades.

MARCELO PINTO

25/10: o que os CROs fizeram

AC - Realizou eventos de promoção de saúde bucal, como escovódromo, atendendo milhares de crianças com prevenção e higienização bucal.

AL - Comemorou com um jantar de confraternização. Diversos CDs remidos foram homenageados, nas categorias Pesquisa, Ensino e Saúde pública.

AP - Promoveu programação de cursos e conferências, sobre temas como profissões auxiliares e terapias complementares, além da sessão solene pelo Dia do CD.

AM - Lançou campanha “Você me faz sorrir” através de outdoors, em parceria com a prefeitura de Manaus. Com a Universidade do Amazonas promoveu a V Semana da UEA de Odontologia.

BA - Promoção da Semana Estadual de Saúde Bucal, com associações de classe e a secretaria de Saúde da Bahia, de ações comunitárias de promoção de saúde bucal em escolas, hospitais, creches e instituições filantrópicas.

CE - Entrega da Medalha do Mérito Odontológico a 14 CDs, um ACD e um APD remidos.

DF - Realizou baile em comemoração ao Dia do Cirurgião-Dentista brasileiro.

ES - A Câmara de Vereadores de Vitória prestou homenagens à Odontologia Capixaba, com a presença do CRO-ES.

GO - Realizou cursos, palestras e atividades de promoção de saúde bucal para crianças da rede pública de ensino e creches conveniadas, em parceria com a Unip e a Uniodonto. Promoveu também debate na Assembleia Legislativa do Estado sobre a situação da odontologia.

MA - Além da Ação social de Prevenção do Câncer Bucal, na Praça Deodoro, promoveu um curso sobre Estratégia da família e a Saúde Bucal da População.

MT - Não enviou programação.

MS - Além da campanha pela prevenção ao câncer de boca, e do Fórum Estadual sobre Odontologia, promoveu entrega de medalhas do Mérito Odontológico.

MG - Realizou, em Juiz de Fora, Governador Valadares e Divinópolis palestras,

distribuição de kits de higienização, técnicas de escovação, aplicação de flúor, entretenimento com palhaços e brincadeiras para as crianças. Além de um curso para ACD e THD.

PA - Com as entidades odontológicas, realizou durante a Semana do CD atividades de conagração entre profissionais, além da Ação Sócio Educativa na Praça Brasil, com educação em saúde, teatro de fantoches, escovódromo e diagnóstico.

PB - Além de cursos, realizou, em parceria com o Exército, a Ação Social, atendendo crianças carentes, com distribuição de kits com escova e creme dental.

PR - Realizou solenidade de entrega de medalhas honoríficas a destaques da Odontologia paranaense, além do jantar comemorativo.

PE - 2ª Semana de combate ao câncer de boca, com profissionais de saúde, estudantes e voluntários. A novidade foi a parceria firmada com a Polícia Rodoviária Federal: os voluntários levaram aos profissionais do volante orientações sobre saúde bucal.

PI - Ao longo de outubro, realizou jornadas e cursos, priorizando o interior do Estado.

RJ - Realizou 150 cursos com 7 mil participantes. Participou de entrevistas aos programas RJ TV – 1ª edição e Bom Dia Rio, ambos na TV Globo, e também à TV Educativa. Desenvolveu campanha sob o mote “Seu sorriso fala por você. Consulte seu dentista”.

RN - Promoveu, com a parceria do sindicato e universidades, palestras e atividades de integração como a exposição de artes plásticas reunindo trabalhos de CDs (3ª Expodonto) e a 4ª edição do Festival de Música Femodonto.

RS - Realizou a V Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal, sob o tema “Terceira Idade: chegue lá sorrindo”. A semana contou com 50 atividades educativas e preventivas para gestantes, crianças, adultos e idosos, em Porto Alegre.

RO - Palestras em escolas do ensino fundamental, orientando crianças sobre escovação, aplicação de flúor e brincadeiras com fantoches, além do Baile do CD.

RR - Com a secretaria estadual de Saúde e de Educação, promoveu ação preventiva, com orientação, escovação e atendimento em Unidade Móvel cedida pelo Estado. A ação foi dirigida a crianças entre 6 e 12 anos, mas os acompanhantes também foram atendidos. Vinte profissionais participaram da ação.

SC - Sessão solene na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em homenagem ao Cirurgião-Dentista; entrega da Medalha do Mérito Odontológico Catarinense e do Prêmio CRO-SC de Jornalismo.

SP - Em parceria com a secretaria estadual de Educação, promoveu a 4ª edição do Programa e Concurso “A Saúde Bucal”, para alunos de 1ª a 8ª séries. O programa tem o apoio do Bradesco, Folha de São Paulo e Dabi Atlante, e a parceria da Unesco (órgão da ONU para a Educação Ciência e Cultura).

SE - Promoveu campanha educativa em rádio, TV e outdoor. Lançou programa “Sorriso Solidário” e atividades como teatro infantil, escovódromo, entrega de alimentos arrecadados durante curso de atualização, além da entrega de Honra ao Mérito a personalidades destacadas no desenvolvimento da odontologia.

TO - Realizou jantar de confraternização pelo Dia do Cirurgião-Dentista brasileiro.



Criança em atividade no Piauí

Brasil renova voto c

Quase 100% dos Estados disseram "sim" às mudanças promovidas nos últimos anos no Conselho Federal de Odontologia pelo Plenário presidido por Miguel Nobre. Voto traduz, também, expectativa pela consolidação de um projeto que enfatiza a presença permanente da Autarquia – como fiscal dos interesses da classe odontológica – nas decisões tomadas pelo Congresso Nacional e o Governo federal.

Com 98% dos votos, o Plenário presidido pelo professor Miguel Álvaro Santiago Nobre foi reeleito no dia 8 de dezembro para dirigir o Conselho Federal de Odontologia pelos próximos três anos.

Com a presença de 26 delegados-eleitores dos Conselhos Regionais de Odontologia – Distrito Federal foi o único ausente – o Conselho Federal de Odontologia assistiu a uma eleição tranqüila, em que 25 Estados confirmaram seu voto de confiança no atual Plenário. Além da abstenção, houve um voto nulo. A chapa 2 não obteve nenhum voto.

"Sistema Conselhos de Odontologia"

Em sua primeira fala após a



Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro, delegada-eleitora do Espírito Santo

proclamação do resultado, o presidente Miguel Nobre destacou a importância do "sistema Conselhos de Odontologia". "Não existe Conselho sozinho, não há diferença entre o Conselho Federal e os Regionais de Odontologia, somos todos um sistema só", discursou.

Nobre disse que vai continuar investindo no diálogo, respeitando a autonomia administrativa dos Regionais e, ao mesmo tempo, colaborando na capacitação de seus funcionários, a exemplo do que já vem sendo feito.

O presidente do CFO frisou também

a confiança nos conselheiros que compõem o Plenário do Federal. "Quero dividir o poder de dirigir os destinos do CFO com todos deste Plenário", afirmou, antes de fazer um agradecimento especial ao superintendente executivo da Autarquia, Márcio Coimbra, a quem qualificou de "agregador".

O vice-presidente do CFO, Ailton Rodrigues, lembrou dos compromissos firmados com a classe, e garantiu que o Plenário manterá o mesmo perfil de ação desenvolvido nos últimos anos: valorização profissional; mobilização junto ao

Congresso Nacional em defesa dos projetos de interesse da odontologia; diálogo intenso com todas as esferas governamentais no sentido de consolidar e aprimorar a participação da saúde bucal nos serviços públicos; além da democratização na relação com os CROs e as entidades nacionais, bem como nas decisões que afetam o dia-a-dia dos profissionais de odontologia da rede pública e privada.

Novo conselheiro efetivo

Seria uma reeleição de ponta a ponta entre os conselheiros efetivos não fosse a substituição feita com o ingresso de Outair Bastazini no lugar do conselheiro Roberto Cavali. Presidente do Conselho Regional do Rio de Janeiro desde 2000 e há 18 anos conselheiro do CRO-RJ, o professor universitário Outair

Bastazini renunciou ao cargo na véspera da eleição para assumir sua candidatura ao Plenário do Federal.

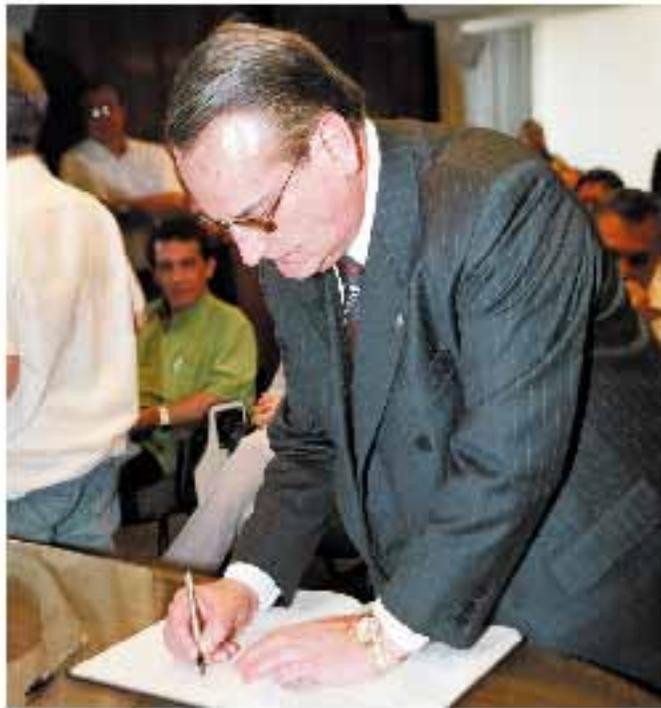
Emocionado com a recepção calorosa dos colegas de Plenário, ele disse apostar na sua experiência classista e acadêmica, e no respeito e credibilidade conquistados no Estado do Rio, como um "aval" para o cargo que ocu-

pará no próximo triênio. "Me considero um conciliador", resumiu.

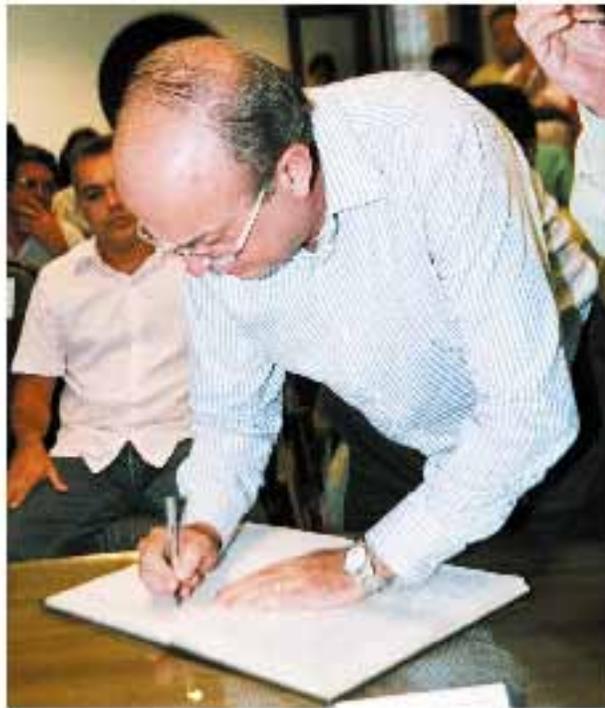
Além de Bastazini, houve renovação no quadro de conselheiros suplentes, com a entrada dos cirurgiões-dentistas Ataíde Mendes (MA), Delmo Tavares (SC), Ericson Leão Bezerra (AM), Ricardo Luiz Araújo de Sá e Tito Pereira Filho (AC), que subs-

tituem Anísia Maria Fialho Abdala (MA), Jorge dos Passos Cordeiro Cobra (SC), Selene Machado (AM), José Ferreira Campos Sobrinho (RN) e Marluiz Nunes de Freitas (AC).

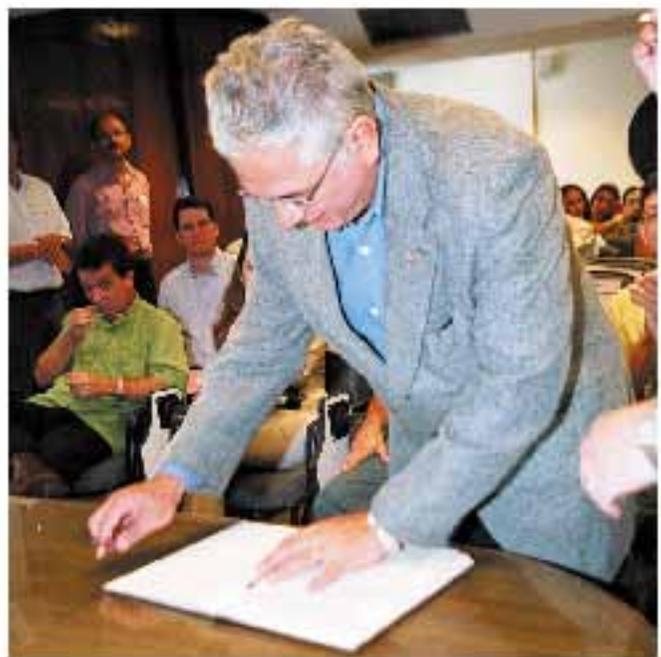
de confiança no CFO



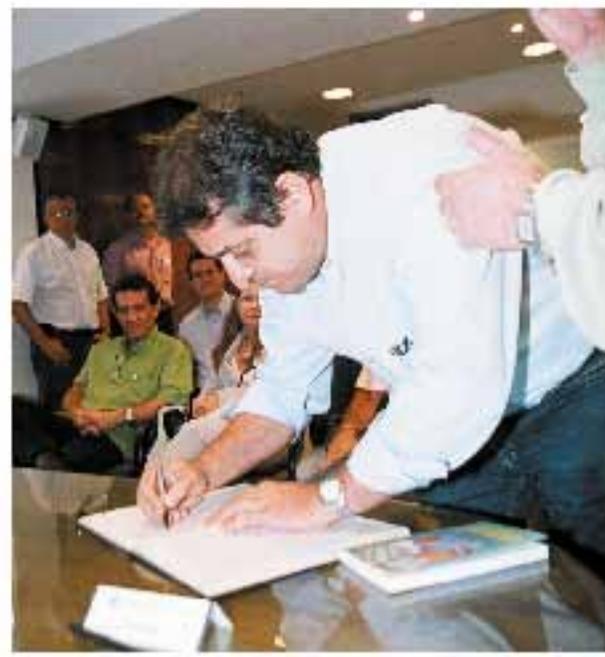
Miguel Nobre, presidente



Ailton Rodrigues, vice-presidente



Lester de Menezes, tesoureiro



Marcos Santana, secretário-geral

CFO 2006/09

A composição do Plenário do CFO, para o triênio 2006/2009:
Presidente-MiguelÁvaroSantiago Nobre (RS)

Vice-presidente-AiltonDiogoMorilhas Rodrigues (MS)

Secretário-Geral - Marcos Luis Macedo de Santana (SE)

Tesoureiro-LesterPontesdeMenezes (RO)

Conselheiros (efetivos): Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE), José Mário Morais Matheus (MG), Mário Ferraro Tourinho Filho (BA), Outair Bastazini (RJ) e Rubens Côrte Real de Carvalho (SP).

Conselheiros (suplentes):

Ataíde Mendes (MA), Benício Paiva Mesquita (CE), Delmo Tavares (SC), Ericson Leão Bezerra (AM), Laércio Villela Barros (ES), Messias Gambôa de Melo (PA), Ricardo Luiz Araújo de Sá, Tito Pereira Filho (AC) e Wilson Carneiro Ramos (GO).



Outair Bastazini, novo efetivo

Delegados-eleitores por Estado:

Acre: Álvaro Luiz do Nazareth - **Alagoas:** Carlos Roberto Cerqueira de Meneses - **Amapá:** Marco Antônio Pereira Ferraro - **Amazonas:** Maria Eliana Cruz de Almeida - **Bahia:** David Costa Moreira - **Ceará:** Manoel de Jesus Rodrigues Mello - **Distrito Federal:** Malthus Fonseca Galvão (ausente) - **Espírito Santo:** Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro - **Goiás:** Anselmo Calixto - **Maranhão:** Cláudio Fontoura Nogueira da Cruz - **Mato Grosso:** Francisco Silva Araújo Luz - **Mato Grosso do Sul:** Silvano da Silva Silvestre - **Minas Gerais:** Arnaldo Garrocho - **Pará:** Mário Tavares Moreira Júnior - **Paraíba:** Leonardo Marconi Cavalcanti

de Oliveira - **Paraná:** Gilson Blitzkow Sydney - **Pernambuco:** José Ricardo Dias Pereira - **Piauí:** Jairo Santos Oliveira - **Rio Grande do Norte:** Gerdo Bezerra de Faria - **Rio Grande do Sul:** Joaquim Guilherme Vilanova Cerveira - **Rio de Janeiro:** Afonso Fernandes Rocha - **Rondônia:** Sandra Maria Rodrigues de Menezes - **Roraima:** Luis Carlos Shwinden - **Santa Catarina:** Osny Lisboa - **São Paulo:** Emil Adib Razuk - **Sergipe:** Augusto Tadeu Ribeiro Santana - **Tocantins:** Dione Lima Teixeira

Declaração de voto

A seguir, os delegados-eleitores de 25 Estados declaram seus votos e suas expectativas para a gestão CFO 2006-2009.

ACRE – Álvaro Luiz do Nazareth:

“O Acre foi muito contemplado pela gestão anterior. Não poderíamos deixar de votar nesta diretoria, por tudo que fez pelos profissionais do nosso Estado.”

ALAGOAS - Carlos Roberto Cerqueira de Menezes:

“Miguel Nobre representa a união e a liberdade da odontologia. Com ele nos libertamos de um passado triste, em que os Conselhos eram fechados e burocráticos. Hoje a relação se democratizou, e espero que se aprimore ainda mais.”

AMAPÁ – Marco Antônio Pereira Ferraro:

“Votei porque vejo o CFO dando oportunidade igual de crescimento aos CROs menores. Aposto em reuniões ainda mais freqüentes com o CFO nos Estados, e que os Regionais se igualem ao tempo de mandato do Federal, para terem mais tranquilidade para trabalhar.”

AMAZONAS – Maria Eliana Cruz de Almeida:

“Meu voto se justifica pela gestão do dr. Miguel. Como professora universitária, vejo muitos cursos de especialização serem criados sem fiscalização. O CFO precisa dar um amparo maior ao trabalho dos CROs nessa área.”

BAHIA - Davi Costa Moreira:

“Pelo que foi realizado, nossa expectativa é muito boa. No próximo triênio o CFO deve enfrentar o problema das universidades que abrem especializações em outros Estados, e, o que é pior, com apoio do MEC.”

CEARÁ - Manoel de Jesus Rodrigues Mello:

“Votei por acreditar na liderança do dr. Miguel e na sua defesa da interiorização da odontologia e da aproximação com o poder público. Hoje as entidades apóiam o CFO porque vêem a importância dessa parceria para o sucesso de qualquer campanha para o dentista.”

ESPÍRITO SANTO - Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro:

“Foi um voto com gosto pois admiramos a administração atual do CFO. O Federal criou um clima de abertura na classe. Hoje, o profissional sente que o CRO é sua casa.”

GOIÁS - Anselmo Calixto:

“Meu voto expressou o desejo da maioria de Goiás, pois é fruto de uma decisão coletiva tomada em função do compromisso com as lutas que consideramos prioritárias. A expectativa é de que a unidade dos Conselhos seja buscada, com a participação dos Regionais nas decisões federais. Esperamos ainda que o CFO lute por melhores salários e condições de trabalho para todos os profissionais.”

MARANHÃO - Cláudio Fontoura Nogueira da Cruz:

“A aproximação com os parlamentares tem obtido êxito. A partir desse trabalho, alcançamos conquistas fundamentais. Destaco a necessidade de se investir numa campanha de valorização profissional para reverter os baixos salários e a pouca importância que, muitas vezes, a população dá à odontologia.”

MATO GROSSO DO SUL - Silvano da Silva Silvestre:

“Apoiamos as mudanças trazidas por esta diretoria, sobretudo a forma democrática com que todo tema importante é discutido com os CROs. Destaco o trabalho na defesa dos projetos de lei de nosso interesse. Essa tem sido uma influência positiva para os CROs.”

MINAS GERAIS - Arnaldo de Almeida Garrocho:

“Votei porque nunca nossa classe teve uma atuação política tão forte, com tamanha influência nas decisões de interesse da saúde bucal. Esse trabalho modificou o quadro da odontologia e deve ser levado avante.”

PARÁ - Mário Tavares Moreira Júnior:

“Nossa expectativa é de que seja mantida a relação igual com todos os Regionais. Certas características regionais devem ser olhadas com mais carinho. Mas nossa confiança é absoluta neste Plenário.”

PARAÍBA - Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira:

“Votei por acreditar no que vem sendo realizado. Nos próximos anos, cabe ao CFO, com sua proximidade junto ao poder público, trabalhar por

mais concurso público, estabilidade e igualdade de salário com os médicos.”

PARANÁ - Gilson Blitzkow Sydney:

“Votei porque a gestão do CFO tem sido do agrado de todos e o que eu espero é que, dentro dessa linha de atuação, se avance ainda mais.”

PERNAMBUCO - José Ricardo Dias Pereira:

“Sempre enfatizo que Miguel tem a capacidade de representar bem a odontologia, com sua postura ética, apoiando que todos façam suas reivindicações de forma democrática. Este CFO é um canal aberto aos CROs e dentistas.”

PIAUÍ - Jairo Santos Oliveira:

“Votar no dr. Miguel é uma satisfação porque ele mudou a concepção do que é Conselho de Odontologia no Brasil. Deu apoio a todos os Regionais. Este Plenário tem todas as condições de continuar este trabalho belíssimo.”

RIO DE JANEIRO - Afonso Fernandes Rocha:

“Nosso voto se justifica pelo trabalho desenvolvido pelo CFO. Com o dr. Miguel, o Federal e os Regionais avançaram. O reconhecimento da classe é cada vez maior, o que prova a importância desse trabalho.”

RIO GRANDE DO NORTE – Gerdo Bezerra de Faria:

“Nosso voto foi baseado na competência do Plenário liderado pelo dr. Miguel. Pelo fato de ser precedida de uma excelente gestão, creio que a próxima será igual ou melhor.”

RIO GRANDE DO SUL - Joaquim Guilherme Vilanova Cerveira:

“Votei pela competência e inovação. Dr. Miguel transformou um conselho eminentemente técnico naquilo que ele tem de ser: conselho técnico, ético e político. A expectativa é que nós continuemos a fortalecer algo que começou nesta gestão: o Sistema Conselhos de Odontologia.”

RONDÔNIA - Sandra Maria Rodrigues de Menezes:

“Votei no dr. Miguel porque o CFO tem hoje influência em Brasília, tendo

realizado ações importantes para a classe. Além disso, nunca antes os Regionais receberam do CFO a atenção que recebem hoje.”

RORAIMA - Luis Carlos Schwinden:

“A razão do nosso voto foi o respeito do CFO pelo princípio federativo, contemplando todos os CROs. Nossa expectativa é que se continue nessa linha e leve adiante as reivindicações da odontologia até a classe política.”

SANTA CATARINA - Osny Lisboa:

“Votei porque a diretoria liderada pelo dr. Miguel tem participado da vida dos CROs intensamente, levando nossa mensagem ao Congresso Nacional e aos governos. Essa atuação deve ser um exemplo para todos.”

SÃO PAULO - Emil Adib Razuk:

“Dr. Miguel Nobre e sua equipe merecem nossa confiança e deverão fazer uma boa gestão, sendo importante que lutem pela reforma da Lei 4.324/64, que apresenta exigências absurdas como de 50% mais um dos inscritos para eleições dos CROs. Defendemos a distribuição de recursos financeiros pré-estabelecidos para 15 Estados com pequeno número de inscritos, conforme ofício 200/2006 de 05/10/06 do CRO-SP.”

SERGIPE - Augusto Tadeu Ribeiro Santana:

“Um ditado diz que “não basta ter belos sonhos para realizar obras, mas ninguém realiza obras se não sonhar grande”. Essa chapa sonhou grande, com uma odontologia acima do que estávamos acostumados. Começamos a ter presença no Congresso, as autoridades ouvindo nossos dirigentes nacionais, principalmente do CFO.”

TOCANTINS - Dione Lima Teixeira:

“No pouco tempo que conheci o dr. Miguel, vi seu carinho e dedicação com o cirurgião-dentista, que justificam a confiança nesta diretoria. Como presidente da ABO-TO, espero que o CFO trabalhe pela integração das entidades, valorizando a profissão como um todo.”

Opiniões emitidas aqui não refletem, necessariamente, a opinião do CFO e são de responsabilidade de seus autores



*Nosso maior Presente é a
parceria com você, Dentista!*

*Feliz Natal
e
Próspero Ano Novo*

Oral-B®

A marca mais usada pelos dentistas

Odontologia avança apesar do Congresso lento

Projetos que criam as profissões de THD e ACD e o rastreamento de remédios por código de barra asseguram, praticamente, a votação final no Senado

Apesar do ritmo mais lento do Congresso Nacional, associado ao período final do ano e à véspera do início de novos mandatos legislativos, três projetos de lei ligados à odontologia deram passos importantes em novembro. Trata-se dos projetos de lei 1140/03 – que regulamenta as profissões de Técnico em Higiene Dental e Atendente de Consultório Dentário; 3077/2000 – que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico no SUS, e 6672/02 – que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra.

PL dos THDs e ACDs

Destes, o PL 1140/03 é o que vem despertando mais atenção da classe odontológica, especialmente dos cerca de 65 mil THDs e ACDs que dependem desta regulamentação para participarem de concursos e contratações no serviço público, sem risco de questionamento legal.

Aprovado em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o projeto será encaminhado para análise do Senado Federal. “Caráter conclusivo” é como se define o rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: 1) se uma das comissões o rejeitar; 2) se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário.

O consultor parlamentar do CFO, Cid Brügger, não acredita na votação final do PL 1140/03 antes do meio do ano que vem. Ele justifica lembrando que falta ainda “a designação de relator para a elaboração da redação final, sua apreciação na CCJC e a abertura de prazo de cinco sessões plenárias para apresentação de recurso para que o mesmo, que é de poder conclusivo nas comissões, seja apreciado”. Concluído esse rito, o projeto vai para o Senado.

Código de barra

Outro projeto que segue para o Senado – também aprovado em caráter conclusivo – é o PL 6672/02 da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra.

A proposta aprovada estabelece o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, envolvendo a produção, comercialização, dispensação e a prescrição médica, odontológica e veterinária. Determina que todo e qualquer medicamento produzido, dispensado ou vendido no território nacional será controlado por meio desse sistema, controle que se aplica igualmente às prescrições médicas, odontológicas e veterinárias.

Hoje, no Brasil, o código de barras é utilizado por 60% dos laboratórios farmacêuticos apenas para identificar o medicamento, mas a proposta prevê a identificação do lote, a data de validade e até mesmo do consumidor. Com o processo de rastreamento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por exemplo, poderá localizar cada remédio vendido ou distribuído pelo Sistema Único de Saúde (SUS), dificultando falsificações.

SUS

Já o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde



Para presidente do CFO, avanço simultâneo de 3 projetos ligados à odontologia é um sinal positivo

(PL 3077/2000) está pronto para ser votado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

A proposta foi devolvida pela relatora, deputada Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ), sem alterações no seu próprio parecer, pela aprovação da matéria. Entretanto, se não for votado até 20 de dezembro deste ano, novo relator terá que ser designado, já que a parlamentar não foi eleita para novo mandato.

O presidente do CFO, Miguel Nobre, lembra que aprovar um projeto no período de um mandato é visto pelos parlamentares como uma grande vitória. “Nesse sentido, ver avançar de uma só vez três projetos de interesse da odontologia não deixa de ser auspicioso, ainda mais na virada do ano”, defende.

Nobre lembra, ainda, dois outros projetos cuja aprovação pode ocorrer em 2007: PL 4556/94 – do piso salarial para cirurgiões-dentistas e médicos – com requerimento de urgência para votação no Plenário da Câmara; e o PL 4732 – sobre a elaboração de tabelas de honorários odontológicos e de outros profissionais – que também aguarda votação no Plenário desta Casa.

COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA CÂMARA

NOTAS

ANS padroniza informações

Até o final de maio de 2007, todo registro e troca de dados entre operadoras de planos privados de saúde e prestadores de serviços de saúde deverão ser feitos pelo TISS – Programa de Padronização da Troca de Informação em Saúde Suplementar. O programa foi desenvolvido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, com a participação de representantes do setor, e visa padronizar as inúmeras guias e demonstrativos, que passarão a seguir nomenclatura, conceitos e representações unificadas. Na Odontologia, medida afeta cirurgiões-dentistas, clínicas e laboratórios.

O Padrão TISS prevê sua migração total para o meio eletrônico. De acordo com a Resolução Normativa nº 127, a padronização completa na troca de informações em papel deve ocorrer até 31 de maio de 2007, enquanto que para o meio eletrônico o prazo é novembro de 2008. Mas já em maio próximo os hospitais deverão estar funcionando 100% no meio eletrônico; em maio de 2008 será a vez das clínicas; e em novembro, dos profissionais liberais. Desde 2005, o CFO participa do grupo da ANS que desenvolve a padronização na troca eletrônica de informações.

Com o TISS, a expectativa é de que operadoras e prestadores se comunicarão com mais rapidez e eficiência, enquanto o beneficiário aguardará menos por autorizações para procedimentos. Nos EUA, programa similar ao TISS fez o tempo de pagamento aos prestadores cair de 200 para 7 dias, graças a redução de erros de preenchimento de guias, o que costuma gerar glosas e atrasos.

Quem não se enquadrar ao novo padrão estará sujeito a uma série de punições, de acordo com a infração cometida (ver RN 124).

A Agência Nacional de Saúde Suplementar disponibiliza na internet o “anexo I” da Instrução Normativa nº 22, com “os padrões de conteúdo” do TISS para consulta e cópia: www.ans.gov.br

Autonomia para CDs federais

CFO defende no Planejamento direito do CD de emitir atestado



Vice do CFO Ailton Rodrigues é recebido no Ministério do Planejamento

Dia 17 de outubro, o Conselho Federal de Odontologia protagonizou mais um capítulo na luta em defesa dos cirurgiões-dentistas que atendem na administração pública federal direta, nas autarquias e fundações federais. Em pauta: autonomia para emitir atestados e redução da carga horária

O vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues e o procurador jurídico da autarquia José Alberto Cabral foram recebidos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, pelo diretor de Relações de Trabalho, Vladimir Nepomuceno e o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça.

Além do CFO, estiveram presentes à audiência os presidentes da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), José Carrijo Brom, e do Sindicato do Distrito Federal, Fábio Sabino.

O motivo da audiência foi o decreto do Ministério do Planejamento, ainda não publicado, segundo o qual atestados emitidos por um cirurgião-dentista deverão ser homologados por um médico. O vice-presidente do CFO entregou ao secretário de Recursos Humanos Sérgio Mendonça o parecer emitido pelo procurador jurídico do CFO, Luiz Edmundo Gravatá Maron. O parecer explica

que “impedir o cirurgião-dentista a emitir com autonomia atestado com a finalidade de, repita-se, abono de falta ao trabalho, licença para tratamento de saúde, seria vulnerar contundentemente o diploma legal, o ato normativo retrotranscritos”.

Ailton Rodrigues observou que as competências de cada profissão estão previstas em legislação própria, oriundas de seus conselhos profissionais. “Essas competências não devem ser conflitantes entre si, mas se respeitarem, a fim de que prevaleça a harmonia para que, juntos, possamos lutar pela melhoria da saúde geral da população”, declarou.

Outro assunto discutido foi a jornada de trabalho dos CDs da administração pública federal, que inclui autarquias e fundações federais. A portaria 1.100 do Ministério do Planejamento, publicada no Diário Oficial da União em julho deste ano, incluiu os CDs entre as carreiras do serviço público federal com carga horária semanal de 30 horas.

Os dirigentes da Odontologia defenderam a redução da carga horária destes cirurgiões-dentistas para 20 horas semanais, a exemplo do que já define a lei 9.436/97 em relação às carreiras de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico-Veterinário.

AGENDA

14º Congresso Internacional de Odontologia de Goiás - CIOGO

2 a 6 de maio de 2007

Tema: “A Odontologia e a Proliferação de Novos Cursos: Quem Ganha?”

Informações: (62) 3236-3100 / 3236-3102

abo@abo-go.com.br

www.abo-go.com.br

V Congresso Paraibano de Odontologia

19 a 22 de abril de 2007

João Pessoa - PB

Tema: “Saúde Pública e Especialidades Odontológicas: direito da família”

Informações: (83) 3224-8232

Unimed



PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA

CARÊNCIA ZERO, CONTRATO EXCLUSIVO

A Unimed pensando na sua saúde, firmou contrato **EXCLUSIVO** com o Conselho Federal de Odontologia e, mais uma vez, quem ganha é você.

Confira as Vantagens:

- ◆ Mais de 11 milhões de usuários.
- ◆ 90 mil médicos cooperados.
- ◆ Cobertura em todo o território nacional.
- ◆ Planos Básico, Especial, Executivo e Executivo I.

CARÊNCIA APENAS PARA PARTO
PREÇOS ESPECIAIS A PARTIR DE R\$ 82,02*

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO

INFORMAÇÕES: www.cfo.org.br

*Plano Básico - Faixa etária de 0 a 17 anos

Ligue agora e faça a sua adesão

0800-247838

CFO tem representação na Anvisa

Os conselheiros federais Marcos Santana e Mário Ferraro participam de três Câmaras Técnicas estratégicas para a vigilância sanitária

O Conselho Federal de Odontologia participa atualmente de três Câmaras Técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): Serviços de Saúde; Produtos para a Saúde e Propaganda e Publicidades de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária. A representação do CFO é formada pelos conselheiros federais Marcos Santana (secretário-geral) e Mário Ferraro (presidente da Comissão Mercosul).

As pautas das CTs

Estas Câmaras Técnicas têm a participação conjunta do governo, do setor regulado (produtivo)

e da sociedade civil.

Na Câmara Setorial de Serviços de Saúde a pauta das discussões tem girado em torno de: 1) boas práticas de funcionamento dos serviços de atenção à saúde; 2) gerenciamento de medicamentos, produtos para saúde de higiene e saneantes em serviços de saúde; 3) gerenciamento de resíduos sólidos nos estabelecimentos de saúde.

Na Câmara de Produtos para a Saúde os representantes do CFO participam das discussões sobre o controle sanitário de produtos para a saúde com os seus pré-registros, registros e pós-registros; avaliação e incorporação das tecnologias em saúde; e do acompanhamento sobre pesquisas clínicas de produtos para a saúde no Brasil.

Na Câmara Técnica de Propaganda e Publicidades de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, os

temas apresentados versam sobre propaganda de alimentos; análise das consultas públicas sobre propaganda de bebidas alcoólicas e de medicamentos; projetos de educação para o consumo; formas

de propaganda nas rádios AM; propaganda pela internet.

As próximas reuniões das Câmaras Técnicas serão realizadas no primeiro trimestre de 2007, após convocação pela Anvisa.

Anvisa estuda restrição de propaganda

A Anvisa estuda a restrição de propagandas de alimentos para crianças. Estão na mira da agência os alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans e de sódio, além de bebidas com baixo teor nutricional, como refrigerantes e bebidas artificiais.

A idéia é que as propagandas na televisão e no rádio sejam veiculadas entre 21h e 6h. Além disso, os anúncios devem ter informações visíveis sobre o valor nutricional dos

alimentos. Assim como alertas nas propagandas e maços de cigarros, esses produtos devem ter mensagens como "Este alimento possui elevada quantidade de açúcar. O consumo excessivo de açúcar aumenta o risco de desenvolver obesidade e cárie dentária".

O projeto prevê também duas proibições: do uso de figuras, desenhos, personalidades e personagens que sejam cativos ou admirados por crianças; e da distribuição de brindes junto com alimentos.

Rol de procedimentos odontológicos sob consulta

De 30 de outubro a 1º de dezembro, a Consulta Pública aberta pela ANS registrou 57 demandas sobre a revisão do rol de procedimentos odontológicos

A revisão proposta para o rol de procedimentos odontológicos das operadoras de planos de saúde, que foi objeto de Consulta Pública entre outubro e dezembro, é a base de uma futura Resolução Normativa a ser publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta revisão, na verdade, é resultado de cinco reuniões de trabalho do Grupo Técnico que, ao longo de um ano, reuniu entidades odontológicas, operadoras de planos odontológicos, órgãos de defesa do consumidor e o Ministério da Saúde.

Grupo Técnico

Segundo a ANS, a criação deste Grupo Técnico, “antes de levar a demanda diretamente para discussão em Câmara Técnica, teve como objetivo focalizar o assunto em torno das questões odontológicas, buscando atualizar e adequar o Rol de Procedimentos às necessidades e demandas do setor”.

Criado em 4 de agosto de 2005 para “discussão e busca de subsídios” para a revisão da Resolução Normativa nº 9/02, que define o rol mínimo de procedimentos odontológicos a serem cobertos pelos “pla-

nos odontológicos de assistência à saúde”, o Grupo Técnico da ANS é formado pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas (ABCD), Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), além do Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog), Sistema Nacional Uniodonto, União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), Confederação das Santas Casas da Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Área Técnica de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Procon – Proteção e Defesa do Consumidor e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC).

Após muita discussão, foi proposta uma série de modificações, divididas em três listas: *exclusão*, *adequação de nomenclatura* e *inclusão*. O item *inclusão* recebeu o maior número de proposições: 14. (Veja quadro abaixo).

“Oportunidade de opinar”

De acordo com a ANS, a revisão foi discutida com base em 7 diretrizes: “1- substituição da lógica de pagamento pela lógica da cobertura e qualidade assistencial; 2- procedimentos de comprovada efetividade; 3- incentivo às ações de promoção e prevenção; 4- padronização da

nomenclatura; 5- cobertura de procedimentos sem discriminação de técnicas ou materiais; 6- atender às demandas do setor; 7- avaliação do impacto econômico das inclusões sugeridas”.

Para o representante do CFO no Grupo Técnico, o conselheiro José Mário Mateus, a Consulta Pública nº 25 da ANS “foi uma oportunidade única para a classe opinar, suprimindo eventuais ausências e endossando aquilo que é pertinente”. De acordo com o conselheiro federal, que integra também a Câmara Técnica da ANS na qualidade de presidente da Comissão do CFO de Entidades Prestadoras de Assistência Odontológica, as propostas levadas à Consulta Pública “são fruto de muito embate, especialmente entre as entidades odontológicas e os representantes das operadoras de planos.”

O diretor-presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos, defende que o objetivo desta revisão é “propor uma Resolução Normativa que defina um Rol de Procedimentos Odontológicos atualizado, resolutivo, que contemple, minimamente, as ações necessárias à atenção em saúde bucal, baseado em evidências científicas e indicações de uso, relativo às demandas e necessidades dinâmicas do setor de saúde suplementar”.

As 57 demandas registradas pela Consulta Pública nº 25 da ANS foram enviadas através do site da agência ou via postal.

A revisão proposta

Exclusão

- curetagem de bolsa periodontal
- cirurgia de torus palatino.

Adequação de nomenclatura:

- atividade educativa substituindo “orientação de higiene bucal”
- fluoroterapia no lugar de “aplicação tópica profissional de flúor”

Inclusão

- exame histopatológico
- exame de glicemia
- exame de sangue – hemograma completo
- exame de sangue – coagulograma
- aplicação de cariostático
- adequação do meio bucal
- núcleo de preenchimento
- sepultamento radicular
- capeamento pulpar direto – excluindo restauração final
- tratamento endodôntico em dente com rizogênese incompleta
- tratamento de perfuração radicular
- cirurgia de torus bilateral
- odontossecação
- amputação radicular



A Rádio CFO está no ar há 1 ano e meio, levando informação para mais de 1400 emissoras de rádio em todo o país. Esta parceria firmada entre o Conselho Federal de Odontologia e a Agência Radioweb, com apoio da Sul América Previdência, produz e distribui boletins jornalísticos em áudio cuja missão é informar a população sobre tudo que diz respeito à saúde bucal.

Com base nos aproveitamentos das emissoras, em outubro cada notícia produzida pela Rádio CFO chegou a 7 milhões de ouvintes.

NO AR: ✓ Você sabe por que o açúcar é o grande vilão das cáries? - 1'35''

✓ Dia do Dentista: Parabéns aos mais de 200 mil dentistas brasileiros - 2'18''

Pelo www.cfo.org.br você ouve estas e outras notícias da Rádio CFO.



Por um Brasil sorridente

Gilberto Pucca Jr.,
Coordenador de Saúde Bucal do Min. Saúde

Ampliar a cobertura dos programas de saúde bucal, atendendo a todas as faixas etárias nas diversas áreas(...), inclusive (...) canal e prótese”. Esta foi uma das deliberações da 10ª Conferência Nacional de Saúde, em 1996. Não é difícil compreender a razão. Desde os primeiros programas de odontologia em saúde pública desenvolvidos no Brasil, em meados do século XX, apenas aos escolares eram assegurados tratamentos de reabilitação. Aos demais, incluindo gestantes, eram reservados apenas tratamentos de urgência, para controle de dor e infecções, e extrações dentárias. A marca de “país dos banguelas” nos acompanha há tempos. Os programas de saúde bucal começaram a mudar com a criação do Sistema Único de Saúde, em 1988, que consagrou como princípios, além da descentralização, a universalidade do acesso e a integralidade das ações. Não obstante essa determinação constitucional, desde 1988 nenhum governo federal tomou qualquer providência para que, na área odontológica, a lei fosse cumprida. Em todas conferências de saúde, nesse período, os representantes do povo indicaram aos governos que era preciso avançar nessa área.

Logo após a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, militantes ligados aos partidos da coligação vitoriosa aprovaram o documento “Fome Zero e Boca Cheia... de Dentes”. Assim, em novembro de 2002, considerando a declaração de Lula de priorizar o combate “ao flagelo da fome”, afirmávamos: “o anúncio do Programa Fome Zero como a primeira manifestação do presidente eleito (...) sinaliza (...) um conjunto de prioridades para as políticas públicas que, em nosso entendimento, inclui a saúde e, nela, a saúde bucal, uma vez que tornar fome zero uma realidade para todos os brasileiros implica assegurar-lhes condições para mastigar bem. E ter dentes

é condição para mastigar bem. Manter dentes saudáveis e, na sua falta, prover dentes aos que deles necessitam constitui, sem dúvida, enorme desafio no conjunto de desafios do Programa Fome Zero.” A criação do programa “Brasil Sorridente” é parte de um processo que começa a ganhar corpo durante a campanha de Lula.

O investimento nesses primeiros quatro anos de gestão – de R\$ 1,5 bilhão – foi mais de sete vezes maior do que dos anos anteriores. Um investimento sem precedente na história do Ministério da Saúde. Além da expansão dos serviços, reorientamos o modelo assistencial. Os recursos serviram basicamente para a prevenção. Foram implantadas 10.514 novas Equipes de Saúde Bucal na estratégia de Saúde da Família, chegando a 14.775, um aumento de mais de 246%, atuando em 4.212 municípios. Além disso, o Ministério está expandindo a fluoretação das águas de abastecimento público.

Também instituímos um serviço inédito no SUS, os Centros de Especialidades Odontológicas. Foram implantados mais de 465 CEO(s) em mais de 400 municípios brasileiros. Centros que oferecem serviços especializados como endodontia, periodontia, odontopediatria, cirurgia e prótese. Com isso, o Ministério da Saúde rompe com a lógica de que saúde bucal na área pública deva se restringir à atenção básica.

Isso tudo já gerou um novo mercado de trabalho também para os profissionais. Desde a implantação do Brasil Sorridente, o SUS absorveu mais de 20 mil novos cirurgiões-dentistas e auxiliares.

Estamos mudando o Brasil e a odontologia está demonstrando que estamos à altura dos desafios.



FALE COM O COORDENADOR
NACIONAL DE SAÚDE BUCAL
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
gilberto.pucca@saude.gov.br

“Ato Saúde”

Substituto aprovado em comissão do Senado define campo de atuação dos médicos

Parece anulada a possibilidade do projeto de lei que regulamenta a Medicina vir a ser um agente da hegemonia desta profissão sobre a área de saúde. Esta é a percepção do tesoureiro do Conselho Federal de Odontologia, Lester Pontes de Menezes, que assistiu, do Senado, à aprovação por unanimidade, no dia 29 de novembro, do substitutivo da relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aos projetos de lei dos ex-senadores Geraldo Althoff (PLS 25/02) e Benício Sampaio (PLS 268/2) – também conhecido como projeto do ato médico. O projeto ainda será submetido a turno suplementar de votação em uma próxima reunião, quando receberá decisão terminativa.

Odontologia é citada

Para chegar ao texto final do substitutivo, a senadora Lúcia Vânia decidiu fazer várias alterações no projeto original (PLS 268/02), que tinha 63 artigos, e rejeitar o PLS 25/02, que motivou tanta polêmica na área de Saúde em todo o país. Uma das principais modificações do novo texto, que ficou com apenas oito artigos, foi o abandono do conceito de ato médico, com o objetivo, segundo a relatora, de não interferir com as demais profissões de saúde. Assim, a nova proposta define o campo de atuação do médico e, dentro desse campo, quais atividades devem ser privativas desses profissionais.

A Odontologia mereceu uma citação à parte no artigo 4º, que lista as “atividades privativas dos médicos”. O parágrafo 6º destaca: “O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação.” A seguir, o parágrafo 7º refere-se à necessidade de que, também, “sejam resguardadas as competências” de outras 13 profissões, todas citadas nominalmente.

Entre as 15 atividades privativas, estão a definição do diagnóstico e a

prescrição terapêutica; a indicação e execução da intervenção cirúrgica; a entubação traqueal; a execução de sedação profunda e de anestesia geral; a realização de perícia médica e exames médico-legais e a atestação médica de condições de saúde e de óbito.

Sobre as atividades privativas, o substitutivo é detalhado e extenso, excluindo diversas atividades que podem ser praticadas por outros profissionais de Saúde. A senadora lembrou que o substitutivo é resultado de várias reuniões e audiências públicas dos últimos dois anos, e que, embora a unanimidade não tenha sido alcançada, houve consenso entre a maioria dos representantes das categorias da Saúde. Outro ponto modificado é a permissão para que os demais profissionais possam dirigir centros de saúde, o que ficava proibido no PLS 25/02. No entanto, ainda continuam privativos da categoria médica a direção e a chefia de serviços médicos.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), avisou que apresentará recurso para que a matéria seja votada também no Plenário antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Embora esteja seguro quanto ao rumo adotado pelo substitutivo aprovado, o conselheiro do CFO Lester de Menezes considera positivo que a matéria seja analisada por mais senadores. “Mesmo tendo o projeto a função de regulamentar só a atuação dos médicos, ainda há receio de que uma palavra fora de lugar abra um precedente perigoso para a autonomia de outras profissões”, analisou. Para ele, a mobilização contrária ao projeto como estava antes deveria ser batizada de “Ato Saúde”.

Durante a aprovação, representantes exibiram cartazes com os dizeres “Não ao ato médico” e “Autonomia, sim. Tutela, não”.

VEJA NO SITE DO CFO O SUBSTITUTIVO DA RELATORA, SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO).

COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA SENADO/
REPÓRTER VALÉRIA CASTANHO



Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2316 ·
CEP 20020-100 · Rio de Janeiro/ RJ
Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 14 ·
Nº 75/Nov-Dez de 2006
Edição Nacional · 300.000 exemplares

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA

